

Confira algumas dicas do Prodecon:

- As escolas são proibidas de indicar estabelecimentos comerciais para a compra, mas podem vender o material escolar aos pais;
- De acordo com a Lei, a lista de material escolar não pode conter materiais de uso coletivo, como itens de higiene e limpeza ou taxas para suprir despesas com água, luz e telefone, por exemplo;
- Os pais podem formar grupos para fazer uma única compra e ratear as despesas que, normalmente, saem mais em conta;
- Outra prática comum é que pais possam trocar material escolar uns com os outros e, assim, diminuir os gastos;
- Se os pais pretendem economizar, uma dica é não levar os filhos às compras, porque isso pode impulsioná-los a comprar produtos mais caros;
- Ao comprar o material escolar, exija a Nota Fiscal, onde estão discriminados todos os produtos. O documento é garantia de compra para uma eventual troca;
- Não compre material no mercado informal, pois se houver algum problema será mais difícil a troca ou garantia do produto. Desde fevereiro de 2015, alguns materiais escolares só podem ser comercializados com a certificação do Inmetro.

Qualquer cidadão que perceba abuso por parte da escola deve fazer reclamação junto ao Prodecon. A reclamação pode ser protocolada no órgão que funciona no Centro de Convenções Senador Nilo Coelho das 8h às 12h. Para formalizar a denúncia, é preciso apresentar cópia de RG, CPF, comprovante de residência, além de nota ou contrato relacionado ao produto ou serviço denunciado. Outras informações através do número: 3861-3066.